



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE BARRA DO CORDA
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA E HABILITAÇÃO EM LÍNGUA
PORTUGUESA E LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA

GLEICIANE DE SOUSA AGUIAR

ENTRE A CONSAGRAÇÃO E A CONTROVÉRSIA: a recepção crítica de *O Segundo Sexo* no Brasil

Barra do Corda – MA

2026

GLEICIANE DE SOUSA AGUIAR

ENTRE A CONSAGRAÇÃO E A CONTROVÉRSIA: a recepção crítica de *O Segundo Sexo* no Brasil

Artigo apresentado ao curso de Letras Licenciatura e Habilitação em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) como requisito para obtenção do título de Licenciada em Letras Licenciatura e Habilitação em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Viana da Silva Fronza

Barra do Corda – MA

2026

Aguiar, Gleiciane de Sousa
Entre a consagração e a controvérsia: a recepção crítica de O segundo
sexo no Brasil. / Gleiciane de Sousa Aguiar. – Barra do Corda, MA, 2026.

25 f

TCC (Graduação em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e
Literaturas de Língua Portuguesa) - Universidade Estadual do Maranhão,
Campus Barra do Corda 2026.

Orientador: Profa. Dra. Cristiane Viana da Silva Fronza.

1.Simone de Beauvoir. 2.O Segundo Sexo. 3.Recepção crítica.
4.Feminismo. I.Título.

CDU: 82.09

ENTRE A CONSAGRAÇÃO E A CONTROVÉRSIA: a recepção crítica de *O Segundo Sexo* no Brasil

GLEICIANE DE SOUSA AGUIAR (1)
CRISTIANE VIANA DA SILVA FRONZA (2)

1. Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: gleicianesousaaguiar@gmail.com
2. Universidade Federal do Piauí. E-mail: cristianeivyanna@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo investiga a recepção da obra *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, no contexto acadêmico brasileiro contemporâneo, com especial atenção aos processos de circulação, apropriação e legitimação do pensamento beauvoiriano no âmbito dos estudos de crítica literária feminista e de gênero. Parte-se do pressuposto de que os sentidos atribuídos a uma obra são historicamente produzidos e mediados por práticas institucionais, editoriais e discursivas. Metodologicamente, a pesquisa articula uma abordagem bibliográfica de natureza qualitativa a procedimentos bibliométricos, analisando artigos científicos, dissertações e teses publicados entre 2010 e 2025. O referencial teórico mobilizado compreende contribuições de Simone de Beauvoir e Judith Butler, bem como aportes da teoria da recepção e da circulação dos textos, com destaque para os trabalhos de Roger Chartier e Pierre Bourdieu, a fim de problematizar os enquadramentos interpretativos que orientam as leituras de *O segundo sexo* no Brasil. Os resultados evidenciam que, embora a obra permaneça como referência canônica e estruturante no campo acadêmico, sua ampla circulação não se traduz, de maneira proporcional, em aprofundamento teórico-analítico. Observa-se que sua recepção é atravessada por assimetrias, disputas interpretativas e recorrentes silenciamentos conceituais, o que revela tanto os limites quanto as tensões que configuram a incorporação do pensamento beauvoiriano no debate acadêmico nacional.

Palavras-chave: Simone de Beauvoir; *O segundo sexo*; Recepção crítica; Feminismo.

RÉSUMÉ

Cet article étudie la réception de l'œuvre *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, dans le contexte académique brésilien contemporain, avec une attention particulière aux processus de circulation, d'appropriation et de légitimation de la pensée beauvoirienne dans le cadre des études de critique littéraire féministe et de genre. On part de l'hypothèse que les sens attribués à une œuvre sont historiquement produits et médiés par des pratiques institutionnelles, éditoriales et discursives. Méthodologiquement, la recherche articule une approche bibliographique de nature qualitative aux procédures bibliométriques, en analysant des articles scientifiques, des dissertations et des thèses publiées entre 2010 et 2025. Le référentiel théorique mobilisé comprend des contributions de Simone de Beauvoir et Judith Butler ainsi que des apports de la théorie de la réception et de la circulation des textes, avec un accent mis sur les travaux de Roger Chartier et Pierre Bourdieu, afin de problématiser les cadres interprétatifs qui orientent les lectures du deuxième sexe au Brésil. Les résultats montrent que, bien que l'ouvrage reste une référence canonique et structurante dans le domaine académique, sa large circulation ne se traduit pas, proportionnellement, en un approfondissement théorique-analytique. On observe que sa réception est traversée par des asymétries, des disputes interprétatives et des silences conceptuels récurrents, ce qui révèle à la fois les limites et les tensions qui configurent l'incorporation de la pensée beauvoirienne dans le débat académique national.

Mots-clés: Simone de Beauvoir; *Le second sexe*; Réception critique; Féminisme.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho surge do interesse em investigar a recepção do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, e como ele vem sendo interpretado, utilizado e discutido no meio acadêmico brasileiro. Essa investigação parte da constatação de que, embora Simone de Beauvoir (1908–1986) seja amplamente reconhecida como uma das principais referências do pensamento feminista moderno, suas leituras no Brasil nem sempre são consideradas nas mediações editoriais, institucionais e teóricas. Simone de Beauvoir (1908–1986) uma das principais referências do pensamento feminista moderno, filósofa, escritora militante, figura central do existencialismo francês, em sua obra, problematiza a condição social e simbólica das mulheres, questionando hierarquias de gênero e demonstrando que as desigualdades entre

homens e mulheres são construções sociais, e não determinismos naturais. Publicado, originalmente, em 1949, *O Segundo Sexo* tornou-se um marco fundador do feminismo contemporâneo ao articular reflexões filosóficas, históricas e sociológicas sobre a opressão feminina.

Nesse sentido, este artigo tem como objeto a recepção crítica de *O Segundo Sexo* na comunidade acadêmica brasileira contemporânea, considerando como a obra foi traduzida, circulou e foi apropriada no país. No Brasil, esse processo foi marcado por trajetórias diversas, muitas vezes influenciadas por debates políticos, institucionais e teóricos, o que justifica a realização deste levantamento bibliográfico e da análise crítica a fim de compreender como o pensamento beauvoiriano vem sendo mobilizado ao longo do tempo.

O objetivo geral deste estudo é investigar a recepção e apropriação de *O Segundo Sexo* no Brasil entre os anos de 2010 e 2025, com atenção às leituras provenientes da crítica literária feminista, identificando quais aspectos da obra são privilegiados, silenciados ou reinterpretados, bem como de que forma categorias como gênero, corpo, alteridade e materialidade são mobilizadas na produção acadêmica nacional.

Metodologicamente, a pesquisa combina revisão bibliográfica qualitativa e procedimentos bibliométricos, configurando-se como uma revisão narrativa. O *corpus* é formado por artigos científicos, teses e dissertações das bases SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico selecionados a partir de descritores previamente definidos. O levantamento bibliométrico permite mapear a distribuição temporal e a concentração dos estudos, enquanto a análise qualitativa interpretativa examina os quadros teóricos, os conceitos de Beauvoir e as tensões presentes na recepção de sua obra. Para essa análise, são utilizados referenciais da crítica feminista, da teoria da recepção e da sociologia dos textos.

O artigo encontra-se organizado em cinco seções. A seção introdutória apresenta o objetivo geral da pesquisa e a contextualização do tema. Em seguida, a segunda seção discute os fundamentos teóricos que sustentam a análise. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados, enquanto a quarta é dedicada à apresentação e discussão dos resultados. Por fim, a quinta seção retoma os principais aspectos da investigação, sintetizando os argumentos e as contribuições do estudo.

Selecionar Simone de Beauvoir e a recepção de sua obra, *O Segundo Sexo* justifica-se por seu caráter fundamental no pensamento feminista contemporâneo e por sua frequência nos debates acadêmico brasileiro, fazendo que ela permaneça uma referência essencial para compreender as discussões sobre gênero no Brasil. Ao mesmo tempo, optar por investigar a recepção da obra e não apenas seu conteúdo nos permite perceber como textos teóricos não

circulam de forma neutra, mas são apropriados, reinterpretados e, por vezes, parcialmente mobilizados conforme contextos editoriais, institucionais e ideológicos específicos.

Ao final, espera-se demonstrar que a recepção de *O Segundo Sexo* no Brasil não ocorre de forma uniforme ou neutra. Ela é atravessada por fatores editoriais, institucionais e ideológicos que tanto ampliam quanto restringem seu impacto crítico. Embora Beauvoir seja amplamente citada, sua apropriação acadêmica é, muitas vezes, seletiva, ora neutralizando, ora atualizando seu potencial teórico. Dessa forma, esta pesquisa contribui para uma compreensão contextualizada da presença de Beauvoir no campo intelectual brasileiro, evidenciando a necessidade de leituras que considerem as disputas de poder, gênero e saber envolvidas em sua recepção.

2 O *SEGUNDO SEXO* E A DESNATURALIZAÇÃO DO FEMININO

No século XX, mais precisamente em 1949, em um contexto marcado pelo pós-guerra, Simone de Beauvoir alcança ampla visibilidade no campo intelectual com a publicação de *O Segundo Sexo*, obra que suscita intensas controvérsias filosóficas, políticas e morais. Ao questionar a naturalização da condição feminina, problematizar os papéis de gênero e denunciar as estruturas sociais que produzem as desigualdades entre homens e mulher, Beauvoir (1949) confronta valores conservadores, a moral sexual vigente e instituições como o casamento e a maternidade.

A obra suscitou reações adversas tanto em setores religiosos, culminando em sua inclusão no *Index Librorum Prohibitorum*¹, quanto no meio acadêmico, onde foi frequentemente tensionada por leituras que a reduziram a um ensaio militante ou sociológico, revelando a resistência do campo intelectual à legitimação do pensamento feminista.

Como observa Mary Del Priore, *O Segundo Sexo* foi recebido como uma obra “incômoda, perturbadora e profundamente desestabilizadora das certezas intelectuais de seu tempo” (Del Priore, 2019, p. 11). As polêmicas em torno do livro evidenciam, assim, o caráter disruptivo da proposta beauvoiriana e o alcance estrutural de sua crítica à ordem social do pós-guerra.

¹ O *Index Librorum Prohibitorum* foi um catálogo oficial da Igreja Católica que listava obras consideradas moral ou doutrinariamente perigosas para os fiéis. *O Segundo Sexo* foi incluído no Index em 1956 em razão de suas críticas às concepções tradicionais de família, maternidade, sexualidade e às hierarquias de gênero sustentadas pelo pensamento cristão.

Nesse horizonte, a mulher é constituída como “Outro”, enquanto o homem se afirma como sujeito universal, normativo e neutro, o ser “neutro” refere-se à forma como o homem, o masculino, é historicamente apresentado como padrão universal da experiência humana, ocultando seu próprio caráter de gênero, a partir do qual as experiências humanas passam a ser hierarquizadas. Ao deslocar a categoria “mulher” das explicações naturalistas e essencialistas para o campo da história, da cultura e das práticas sociais, o texto beauvoiriano promove uma inflexão epistemológica decisiva na compreensão do feminino.

A conhecida afirmação “Ninguém nasce mulher: torna-se” (Beauvoir, 2009, p. 9) assume, assim, centralidade conceitual e metodológica ao sustentar que a condição feminina não decorre de determinações biológicas, mas de processos históricos e sociais que moldam a experiência das mulheres. Esse “tornar-se mulher” é comumente observado na educação diferenciada entre meninos e meninas, nas expectativas em torno da maternidade, na naturalização da domesticidade e na divisão sexual do trabalho, entendidos como processos discursivos e institucionais de produção de subjetividades. Tal formulação permite compreender o feminino como uma construção social e histórica, tornando possível a problematização crítica das relações de poder, da divisão sexual do trabalho, da domesticidade e da sexualidade como configurações historicamente situadas e politicamente disputadas.

A atualidade da crítica formulada por Beauvoir pode ser observada em estudos empíricos contemporâneos que evidenciam a permanência das desigualdades de gênero na experiência cotidiana. Mirian Goldenberg, ao apresentar os resultados de uma pesquisa realizada com cinco mil homens e mulheres entre 18 e 98 anos, aponta que, ao serem questionadas sobre o que mais invejam nos homens, as mulheres responderam majoritariamente: a liberdade² (Goldenberg, 2019).

Segundo a autora, a liberdade feminina abrange corpo, sexualidade, mobilidade e expressão. Os homens, ao serem questionados sobre o que invejam nas mulheres, responderam “nada”, evidenciando que a desigualdade de gênero afeta profundamente a autonomia feminina, não apenas formalmente. Ao afirmar que a divisão sexual do trabalho e a subordinação feminina não são inevitáveis, Beauvoir (2009) oferece categorias analíticas que se mostraram fecundas para diversas correntes críticas posteriores, do marxismo-feminista aos estudos de gênero e à teoria *queer*³.

² O estudo de Goldenberg é baseada em um levantamento com aproximadamente cinco mil homens e mulheres, com idades entre 18 e 98 anos, no qual as mulheres indicaram majoritariamente a liberdade como aquilo que mais invejam nos homens. Ver: Goldenberg, Mirian. A bela velhice. Rio de Janeiro: Record, 2019.

³ As formulações de Simone de Beauvoir dialogam com o marxismo-feminista ao evidenciar a divisão sexual do trabalho e a subordinação feminina como construções históricas vinculadas às relações materiais de produção,

A crítica de Beauvoir à naturalização das desigualdades entre os sexos fundamenta-se, em grande medida, na desconstrução da autoridade de discursos cientificistas que pretenderam justificar hierarquias de gênero. Como afirma a autora:

A biologia constata a divisão dos sexos, mas embora imbuída de finalismo, não consegue deduzi-la da estrutura da célula nem das leis da multiplicação celular, nem de nenhum fenômeno elementar. Não há, pois, razão biológica para afirmar que a mulher é, por natureza, inferior; essa inferência é fruto de interpretações ideológicas (Beauvoir, 2009, p. 27).

Beauvoir (2009) amplia sua crítica além da filosofia existencial, questionando a pretensa neutralidade de saberes científicos, como da Biologia, Medicina, Psicanálise e Antropologia. Na parte 1, de *O Segundo Sexo*, intitulada Destino, especialmente nos capítulos “Os dados da biologia”; “O ponto de vista psicanalítico” e “O ponto de vista do materialismo histórico”, a autora questiona a pretensa neutralidade de saberes científicos que, historicamente, naturalizaram as hierarquias de gênero, abordando como tais discursos reduziram a mulher à função reprodutiva, à passividade ou à suposta inferioridade.

Tal operação crítica evidencia como discursos investidos de autoridade científica extrapolam seus limites explicativos e passam a legitimar desigualdades de gênero. Ao distinguir entre dados empíricos e interpretações normativas, a autora demonstra que esses saberes são historicamente situados e atravessados por valores e interesses, antecipando pressupostos centrais da epistemologia feminista, como a crítica à neutralidade do conhecimento, a recusa do sujeito universal e a compreensão da ciência como prática imersa em relações de poder.

Essa perspectiva converge com as formulações de Helen Longino (1990), para quem o conhecimento científico é indissociável dos contextos sociais, valores e relações de poder que o constituem, uma vez que “a objetividade científica é um produto de práticas sociais” (Longino, 1990, p. 98). Nessa direção, *O segundo sexo* rompe com a ciência de um lugar supostamente universal e neutro para compreendê-la como prática histórica e politicamente implicada, reafirmando a ciência feminista como instância crítica capaz de revelar os modos pelos quais a autoridade científica participa tanto da reprodução quanto da contestação das hierarquias patriarcais.

perspectiva aprofundada por autoras como Silvia Federici e Heleieth Saffioti (Federici, 2017; Saffioti, 2004). No campo da teoria queer, embora Beauvoir não rompa com a matriz binária de gênero, sua afirmação de que “não se nasce mulher: torna-se” inaugura uma compreensão do gênero como construção social, posteriormente radicalizada por Judith Butler ao conceber o gênero como efeito de práticas discursivas reiteradas (Butler, 2011).

No campo da Historiografia e dos Estudos Feministas, Joan Scott propõe o gênero como categoria analítica central para interpretar relações sociais historicamente construídas. Para a autora, gênero não se limita a diferenças sexuais, mas organiza relações de poder nos planos simbólico, normativo e institucional, permitindo analisar como tais distinções produzem, legitimam e naturalizam hierarquias sociais (Scott, 1995).

Essa formulação dialoga com a reflexão de Simone de Beauvoir, especialmente com o conceito de “situação”, por meio do qual a autora recusa a compreensão do corpo como dado natural fixo e o concebe como realidade histórica e socialmente mediada. Ao afirmar que “o corpo não é uma coisa, é uma situação” (Beauvoir, 2009, p. 67), a autora sustenta que a materialidade corporal não pode ser separada das condições históricas, sociais e culturais que moldam a experiência das mulheres. O corpo feminino, nessa perspectiva, não é destino biológico, mas o lugar onde incidem normas, expectativas e limitações impostas pela organização social, onde o corpo feminino é continuamente significado por normas, expectativas e relações de poder.

Essa leitura antecipa debates posteriormente desenvolvidos por Judith Butler, sobretudo no que se refere à performatividade de gênero e à concepção do corpo como efeito reiterado de práticas discursivas e sociais. Para Butler (2011), o gênero não é uma essência, mas o efeito reiterado de práticas discursivas e sociais que produzem a aparência de uma identidade estável. Assim como em Beauvoir (2009), o corpo deixa de ser entendido como base natural do feminino e passa a ser concebido como resultado de processos históricos e culturais que regulam, significam e disciplinam as experiências de gênero (Butler, 2011).

O corpo não é apenas matéria, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades. Não somos simplesmente um corpo, mas, num sentido verdadeiramente essencial, fazemos o nosso corpo, e fazemo-lo diferentemente tanto dos nossos contemporâneos como dos nossos antecessores e sucessores (Butler, 2011, p. 72).

A concepção de corpo proposta por Butler (2011) abre caminhos para entender que o corpo é resultado de processos históricos, sociais e simbólicos, e não um dado natural, o ser sujeito é constantemente construído, e é a partir desta concepção que podemos aprofundar a noção de alteridade muito discutida por Beauvoir (1949), isso se dá ao fato de que o corpo feminino está apegado à posição que a mulher ocupa na sociedade.

A noção de alteridade ocupa lugar central na argumentação de Beauvoir, sobretudo quando a autora afirma que, ao ser concebida como “Outro absoluto”, a mulher é reduzida à condição de inessencial, o que inviabiliza seu reconhecimento como sujeito (Beauvoir, 2009,

p. 90). Para a filósofa, as mulheres “nunca constituíram um grupo separado que se pusesse para si em face do grupo masculino” (Beauvoir, 2009, p. 90), evidenciando a dificuldade histórica de construção de uma identidade coletiva autônoma.

Embora essa análise seja fundamental, ela se ancora na pressuposição de um sujeito feminino relativamente universalizado, posteriormente tensionada por autoras do feminismo negro, como Angela Davis, bell hooks, Patricia Hill Collins e Lélia Gonzalez. Essas perspectivas demonstram que a experiência de gênero é indissociável de marcadores como raça, classe e colonialidade, indicando que a condição de “Outro” incide de forma desigual e cumulativa, o que exige abordagens interseccionais capazes de apreender a heterogeneidade das opressões que estruturam as subjetividades femininas⁴.

Grada Kilomba aprofunda essa reflexão ao afirmar que, em um sistema racializado, “a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma”, ocupando a posição de “o outro do outro” (Kilomba, 2019, p. 124). Enquanto mulheres brancas podem transitar entre o lugar de si e o da alteridade em relação ao homem branco, as mulheres negras permanecem estruturalmente excluídas do reconhecimento como sujeito, o que evidencia os limites de uma concepção universalizante da categoria mulher e a necessidade de articular gênero e raça como eixos indissociáveis de análise.

Ao situar a opressão feminina nas condições materiais de existência, Beauvoir insere o materialismo histórico como eixo de sua reflexão, recusando explicações naturalizantes, como afirma a autora: “a sociedade humana é uma anti-physis: ela não sofre passivamente a presença da Natureza, ela a retoma em suas mãos” (Beauvoir, 2009, p. 87). A dominação de gênero emerge, assim, como efeito de arranjos econômicos e sociais historicamente produzidos, entre os quais se destacam a divisão sexual do trabalho e o confinamento das mulheres ao trabalho doméstico não remunerado.

Essa perspectiva encontra desdobramento no feminismo materialista, particularmente nas análises de Silvia Federici, que evidenciam a centralidade do trabalho reprodutivo feminino para a consolidação do capitalismo. Em *Calibã e a Bruxa*, a autora demonstra que a desvalorização e a naturalização do trabalho doméstico das mulheres

⁴ Vale destacar que o presente estudo não caminha para o arcabouço teórico da crítica feminista negra, mas é pertinente mencionar que autoras do feminismo negro, como Lélia Gonzalez, promoveram leituras e interpretações críticas à obra, reinterpretando a partir de sua experiência social, racial e histórica. Tais leituras nos permitem verificar os limites e potencialidades da obra.

constituíram condições estruturais da acumulação primitiva, revelando a articulação indissociável entre exploração econômica, patriarcado e reprodução social.

A desvalorização do trabalho reprodutivo feminino e sua naturalização como expressão de uma suposta vocação feminina foram elementos centrais para a consolidação do capitalismo. Ao transformar o trabalho doméstico em um dever “natural” das mulheres, o sistema garantiu a reprodução da força de trabalho sem custos diretos para o capital, instituindo uma forma específica de exploração que permanece até hoje (Federici, 2017, p. 37–38).

De modo convergente, Heleieth Saffioti aprofunda essa crítica ao articular patriarcado, capitalismo e exploração do trabalho feminino, especialmente no contexto brasileiro. Para a autora, a dominação das mulheres não pode ser explicada por diferenças biológicas, mas deve ser compreendida como resultado de uma engrenagem histórica que combina relações econômicas e estruturas de poder de gênero:

O patriarcado não constitui um sistema isolado, mas articula-se organicamente ao capitalismo, reforçando a exploração do trabalho feminino tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo. A subordinação da mulher não decorre de sua natureza biológica, mas da forma como a sociedade organiza a produção e a reprodução social (Saffioti, 2004, p. 60–61).

Essas contribuições mostram que a dominação masculina não se apoia na biologia, mas em estruturas econômicas e sociais historicamente produzidas, nas quais o trabalho feminino é desvalorizado e apropriado. Isso conecta-se a autores marxistas e materialistas, como Saffioti e Federici, e aos estudos sobre economia do cuidado. Helena Hirata e Danièle Kergoat destacam que a divisão sexual do trabalho continua sendo eixo das desigualdades contemporâneas ao afirmarem que:

A divisão sexual do trabalho não é apenas uma repartição funcional de tarefas, mas um princípio organizador das hierarquias sociais, que atribui maior valor ao trabalho masculino e desvaloriza sistematicamente as atividades associadas ao feminino, especialmente aquelas ligadas ao cuidado e à reprodução da vida (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

A mediação, por Beauvoir (1949), de perspectivas existenciais e materialistas, ao conjugar a noção de liberdade individual com o reconhecimento dos condicionamentos históricos, sociais e econômicos, confere à sua obra um potencial analítico singular. Tal articulação permite compreender a agência feminina não como expressão abstrata de autonomia, mas como prática situada, exercida no interior de estruturas que simultaneamente a

possibilitam e a limitam. Nesse sentido, sua reflexão mostra-se particularmente produtiva para releituras contemporâneas⁵ que buscam tensionar a dicotomia entre agência e estrutura, questão central nos debates atuais sobre autonomia, reprodução social e economia do cuidado, ao evidenciar como a responsabilização desigual pelo trabalho reprodutivo restringe o acesso das mulheres ao tempo, aos recursos materiais e à participação na esfera pública, comprometendo, de maneira concreta, suas condições de liberdade.

No Brasil, a incorporação das teorias feministas europeias ocorreu marcada por assimetrias culturais, institucionais e históricas, exigindo traduções intelectuais que adaptassem essas ideias a um contexto de desigualdades de classe, raça e gênero. Assim, a recepção de *O Segundo Sexo* não foi linear, mas resultado de negociações simbólicas mediadas por editoras, traduções, prefácios, cortes e reedições, cujo potencial crítico foi filtrado por dispositivos culturais que orientaram sua leitura e assimilação (Chartier, 1990).

Nesse contexto, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, o pensamento de Simone de Beauvoir foi frequentemente atenuado por setores do campo intelectual que, apesar do acesso antecipado ao texto, a recepção da obra se deu de forma fragmentada e ideologicamente mediada, pois a consideravam excessivamente “cerebral” ou dissociada das urgências da luta de classes e das especificidades latino-americanas⁶ (Piscitelli, 2002; Pedro, 2011).

Paralelamente, a recepção do livro foi tensionada pelas disputas ideológicas do período: enquanto parcelas da esquerda tradicional desqualificavam o feminismo como pauta burguesa e secundária, pensadoras brasileiras empreenderam esforços de reapropriação crítica, articulando as teses de Beauvoir ao materialismo histórico e à Teologia da Libertação⁷, de modo

⁵ Releituras contemporâneas do pensamento beauvoiriano têm mobilizado essa articulação entre liberdade e condicionamento histórico para analisar temas como reprodução social, trabalho de cuidado e desigualdades de gênero em contextos específicos, evidenciando a agência feminina como prática situada e relacional no interior de estruturas sociais desiguais.

⁶ No contexto latino-americano das décadas de 1960 e 1970, as leituras feministas foram fortemente condicionadas pela centralidade das lutas de classe, pelos debates em torno do subdesenvolvimento e da dependência econômica, pela experiência de regimes autoritários e pelo engajamento político de movimentos sociais vinculados à esquerda. Esse horizonte histórico favoreceu interpretações que priorizavam análises estruturais do capitalismo e da exploração econômica, em detrimento de abordagens existenciais ou filosóficas, consideradas por alguns setores como distantes das urgências políticas do período, é onde se insere a Esquerda Tradicional é entendida, especialmente por correntes marxistas ortodoxas que privilegiavam a luta de classes como eixo exclusivo da transformação social e interpretavam as desigualdades de gênero como consequência direta das relações econômicas. Nessa perspectiva, o feminismo era frequentemente considerado uma pauta secundária ou burguesa.

⁷ A Teologia da Libertação, formulada na América Latina a partir do final da década de 1960, constituiu um movimento teológico e político que articulou a leitura cristã à crítica das desigualdades sociais e econômicas, enfatizando a opção preferencial pelos pobres e a denúncia das estruturas de exploração. No contexto brasileiro, seus pressupostos foram apropriados por intelectuais e movimentos sociais como ferramenta de análise das condições de subdesenvolvimento e opressão, permitindo a interlocução entre feminismo, materialismo histórico e crítica social, especialmente na problematização das experiências femininas situadas em contextos de pobreza e exclusão.

a denunciar a dupla opressão vivida pelas mulheres em contextos de subdesenvolvimento (Saffioti, 1976; Rago, 1998).

Assim, o impacto de *O Segundo Sexo* no Brasil foi marcado por uma filtragem cultural que, ao mesmo tempo em que consagrava a máxima “não se nasce mulher, torna-se mulher” como emblema de legitimidade intelectual, frequentemente, silenciava ou moderava suas formulações mais radicais, viabilizando sua circulação sob a vigilância ideológica e a censura do regime militar (Pedro; Soihet, 2007).

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz das reflexões de Roger Chartier sobre a circulação social dos textos, segundo as quais os sentidos de uma obra não são imanentes, mas resultam das condições materiais e das práticas históricas de leitura que a constituem, como afirma o autor:

Os textos não existem fora dos suportes materiais que os dão a ler, nem fora das práticas que os apropriam. Ler não é apenas decifrar signos, mas uma atividade situada, determinada por convenções, hábitos e disposições históricas. Assim, os sentidos de um texto dependem tanto de sua materialidade quanto das formas pelas quais ele é recebido, interpretado e apropriado em diferentes contextos sociais (Chartier, 1996, p. 11–13).

Nessa perspectiva, a tradução de *O Segundo Sexo* por Sérgio Milliet e as reedições da Difusão Européia do Livro e da Nova Fronteira ampliaram o acesso à obra e consolidaram um repertório interpretativo no Brasil. Prefácios, apresentações e notas editoriais atuaram como paratextos, orientando a leitura e legitimando simbolicamente a obra. Segundo Bourdieu:

O texto circula sem o seu contexto de produção e é recebido em um campo que lhe é estranho, onde encontra categorias de percepção e esquemas de interpretação diferentes daqueles que presidiram à sua produção. Esse deslocamento produz inevitavelmente seleções, reinterpretações e até mesmo mal-entendidos estruturais, que não são acidentes, mas efeitos das relações de força próprias ao campo de recepção (Bourdieu, 2004, p. 6–8).

Assim, a recepção de *O Segundo Sexo* no Brasil ocorreu por meio de mediações intelectuais e editoriais que condicionaram diretamente seus modos de leitura e interpretação, com editoras desempenhando papel central ao viabilizar a circulação do texto e enquadrá-lo por escolhas tradutórias, prefácios e outros elementos paratextuais⁸.

⁸ No contexto brasileiro, essas mediações ocorreram por meio de traduções parciais ou adaptadas, da seleção de prefácios e textos introdutórios escritos por intelectuais locais, da circulação restrita da obra em determinados circuitos acadêmicos e militantes e da ação de editoras que, em diferentes momentos, adequaram o texto às condições políticas e culturais vigentes. Tais dispositivos paratextuais e institucionais orientaram os modos de

Além disso, a Teoria dos Polissistemas, formulada por Itamar Even-Zohar, permite compreender a tradução como uma prática ativa na reorganização dos sistemas literários nacionais, e não como mera transposição linguística. Para o autor:

A literatura traduzida tende a assumir uma posição central quando o sistema literário nacional encontra-se em processo de formação, transformação ou crise. Nessas situações, os textos traduzidos introduzem novos modelos literários, novas formas de pensamento e novos repertórios temáticos, exercendo influência decisiva sobre a produção local e sobre os critérios de legitimação cultural (Even-Zohar, 1990, p. 45–47).

A recepção de *O Segundo Sexo* no Brasil não foi neutra, mas marcada por mediações tradutórias, editoriais e institucionais que condicionaram seus usos e sentidos, inserindo a obra em debates sobre modernidade, emancipação feminina e feminismo, filtrados por enquadramentos críticos que moldaram sua interpretação. Tais mediações revelam que a recepção do texto foi atravessada por disputas simbólicas e políticas que não apenas orientaram suas leituras iniciais, mas continuam a incidir sobre sua interpretação no presente⁹.

Estudos recentes, como o de Machado e Silva (2023), analisaram essa circulação editorial e concluíram que “As decisões lexicais e a seleção de notas influenciaram diretamente a construção de sentido no leitor brasileiro, produzindo, por vezes, leituras menos críticas e mais apologéticas em relação ao existencialismo” (Machado; Silva, 2023, p. 12).

Além das escolhas lexicais, enquadramentos paratextuais e decisões editoriais também influenciaram diretamente os modos de leitura de *O Segundo Sexo* no Brasil. Esse processo contribuiu para que, em certos momentos, a obra fosse assimilada de maneira menos problematizadora, privilegiando interpretações centradas em seu existencialismo filosófico e relegando suas implicações feministas, históricas e materialistas.

Essa constatação ajuda a compreender por que a originalidade teórica e o potencial crítico da obra foram, em certa medida, foram atenuados nos primeiros debates acadêmicos brasileiros. A análise desses condicionamentos históricos não apenas esclarece os limites da recepção inicial, mas também evidencia a importância de explicitar os pressupostos teóricos e

leitura de *O Segundo Sexo*, contribuindo para enfatizar certos aspectos da obra e atenuar outros, em consonância com debates e limites históricos específicos.

⁹ Entre essas mediações, destacam-se a tradução de Sérgio Milliet, cujas escolhas lexicais influenciaram a recepção conceitual da obra; as estratégias editoriais da Difusão Europeia do Livro, responsável pela primeira publicação brasileira, e, posteriormente, da Nova Fronteira, que reinscreveu *O Segundo Sexo* em novos enquadramentos críticos por meio de prefácios e paratextos; bem como a recepção acadêmica e jornalística que, em diferentes momentos, classificou a obra como ensaio sociológico ou militante, tensionando seu estatuto filosófico no campo intelectual brasileiro.

metodológicos que orientam uma releitura crítica da obra no contexto acadêmico contemporâneo.

3 ENTRE LEITURA E ANÁLISE: PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, combinada a procedimentos bibliométricos, com o objetivo de analisar criticamente a recepção de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, no contexto acadêmico brasileiro contemporâneo. Esse delineamento metodológico justifica-se pela natureza do objeto, que exige investigação de textos teóricos, críticos e acadêmicos, bem como análise dos modos de circulação, apropriação e interpretação da obra em diferentes campos do conhecimento.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica não se limita à compilação de referências, mas atua como instrumento analítico capaz de interpretar discursos científicos, identificar tendências teóricas, lacunas e disputas epistemológicas. Assim, o levantamento bibliográfico constituiu parte integrante da análise, orientando a compreensão dos sentidos atribuídos à obra ao longo do tempo.

O *corpus* incluiu artigos científicos, teses e dissertações publicados entre 2010 e 2025, período marcado pela intensificação dos debates feministas e estudos de gênero no Brasil, bem como pela reatualização crítica da obra de Beauvoir, conforme observa Piscitelli (2009):

A partir dos anos 2000, os estudos feministas e de gênero passam a ocupar um lugar mais consolidado no campo acadêmico brasileiro, com a criação de linhas de pesquisa, programas de pós-graduação e revistas especializadas, o que contribui para a ampliação e diversificação dos objetos e referenciais teóricos mobilizados (Piscitelli, 2009, p. 119).

É nesse contexto de densidade teórica e institucional que se inscrevem os trabalhos selecionados para análise, os quais permitem observar não apenas a circulação da obra, mas também os modos contemporâneos de sua apropriação crítica. O levantamento bibliográfico foi realizado nas plataformas SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico selecionado em razão de sua reconhecida relevância, diversidade de indexação e ampla circulação no meio acadêmico.

A escolha dessas bases se justifica por sua ampla cobertura da produção científica em Ciências Humanas e Estudos de Gênero, permitindo acesso a pesquisas teóricas e críticas que, desde Beauvoir, desenvolvem análises sistemáticas e inovadoras sobre a condição feminina. Essa estratégia possibilitou a construção de um referencial teórico consistente e

atualizado, capaz de examinar como estruturas patriarcais historicamente moldaram a identidade feminina, associando-a a categorias de submissão e passividade.

Os descritores utilizados foram definidos de modo a contemplar tanto o objeto central quanto suas articulações teóricas, a saber: “Simone de Beauvoir” AND “Crítica Literária Feminista”; “O Segundo Sexo” AND “Recepção”; “Simone de Beauvoir” AND “Mulher e sociedade”. Esses descritores permitiram mapear a circulação da obra em diferentes áreas das Ciências Humanas, com especial atenção aos Estudos Literários, aos Estudos Feministas, à Educação e à Filosofia.

Analiticamente, a pesquisa combinou dois procedimentos complementares. O primeiro foi um levantamento bibliométrico, destinado a identificar o volume de publicações, sua distribuição temporal e a concentração dos estudos nas diferentes bases, evidenciando assimetrias na circulação acadêmica da obra. O segundo consistiu em uma análise qualitativa e interpretativa, baseada na leitura crítica dos textos selecionados, com o objetivo de examinar os modos de apropriação do pensamento de Beauvoir, os enquadramentos teóricos predominantes e as tensões na recepção brasileira.

Quadro 01 – Protocolo de Busca

Tipo de revisão	Revisão narrativa de caráter bibliométrico e qualitativo
Identificação do tema do estudo	<i>Simone de Beauvoir e a recepção de O Segundo Sexo no Brasil</i>
Questão de pesquisa	Como se configura a recepção da obra <i>O Segundo Sexo</i> no Brasil a partir da crítica literária feminista e de abordagens interdisciplinares:
Definição dos descritores	• “Simone de Beauvoir” AND “Crítica Literária Feminista”; • “O Segundo Sexo” AND “Recepção”; • “Simone de Beauvoir” AND “Mulher e sociedade”
Bancos de dados	SciELO; Portal de Periódicos da CAPES; Google Acadêmico
Recorte temporal	Publicações entre 2010 e 2025
Áreas predominantes	Estudos Literários; Estudos Feministas; Ciências Humanas; Educação
Crítérios de análise	• Recorrência temática; • Enfoque teórico; • Uso conceitual de Beauvoir; • Atenção à tradução e à recepção

Fonte: elaboração própria (2025)

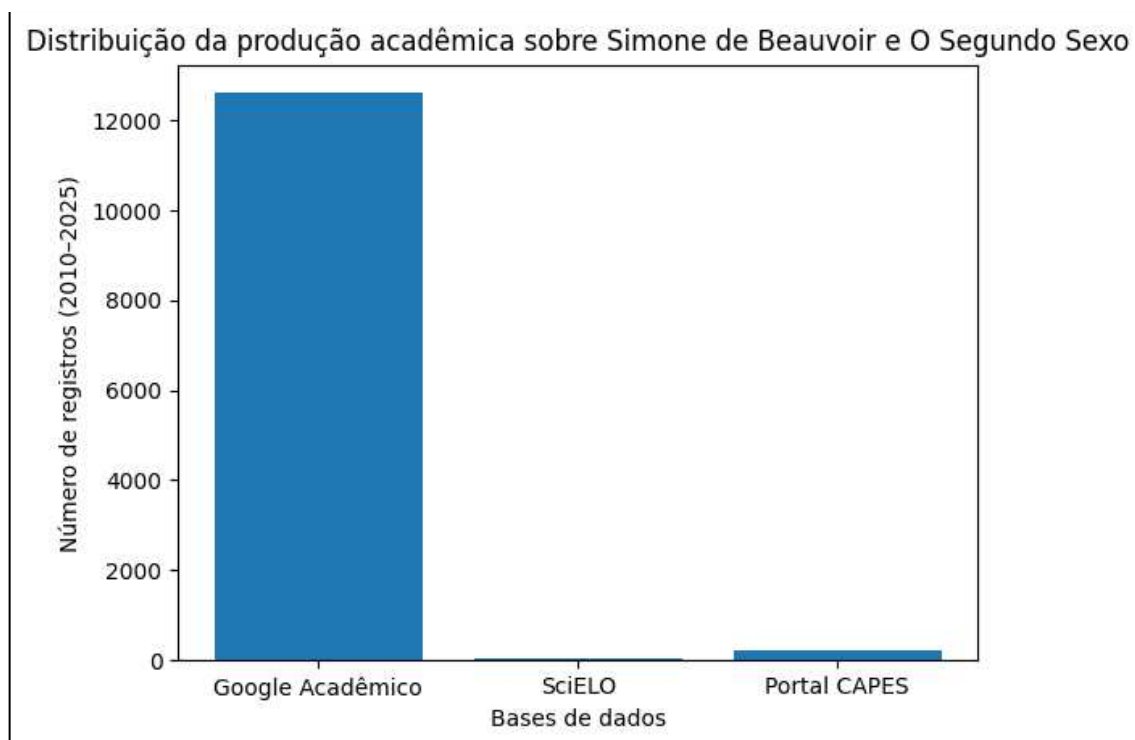
Desse modo, os procedimentos metodológicos adotados permitiram articular dados

quantitativos e interpretação crítica, oferecendo uma compreensão mais ampla e situada da recepção de *O Segundo Sexo* no Brasil, ao evidenciar tanto sua ampla circulação quanto os limites, deslocamentos e filtragens que marcaram sua apropriação acadêmica ao longo do período analisado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES: ENTRE APROPRIAÇÕES E RESISTÊNCIAS NA RECEPÇÃO DE *O SEGUNDO SEXO*

Os resultados do levantamento bibliométrico indicam que a recepção crítica contemporânea de *O Segundo Sexo* no Brasil é ampla em termos de circulação, porém marcada por dispersão temática e assimetria na distribuição das publicações. Entre 2010 e 2025, foram identificados, aproximadamente, 12.875 registros relacionados a Simone de Beauvoir com forte concentração no Google Acadêmico, responsável por cerca de 12.600 resultados. Esse dado sugere a permanência da obra no debate acadêmico e intelectual brasileiro, ainda que essa circulação se dê de maneira heterogênea, englobando produções de naturezas diversas, nem sempre submetidas a critérios rigorosos de avaliação científica.

Quadro 02 – Distribuição dos registros sobre Simone de Beauvoir e *O Segundo Sexo* nas bases de dados (2010–2025)



Fonte: elaboração própria (2025)

Os dados avaliados nos possibilitam afirmar que a recepção brasileira contemporânea de *O Segundo Sexo* é marcada por uma incompatibilidade, pois quanto mais a obra circula, menos ela é efetivamente interrogada. A recorrência de citações, referências teóricas do pensamento beauvoiriano não se converte, de maneira proporcional, em investigações sobre suas mediações históricas, editoriais e interpretativas. Esse movimento revela um processo de canonização que, ao mesmo tempo em que reconhece Beauvoir como autora indispensável e essencial, também contribui para a estabilização de sentidos e para a neutralização de seu potencial crítico. Nesse sentido, *O Segundo Sexo* passa a ocupar o lugar de referência indiscutível, mas raramente de objeto de problematização, evidenciando um mecanismo de domesticação interpretativa dentro do próprio campo acadêmico brasileiro.

Tais estudos publicados no contexto brasileiro voltados especificamente à recepção do pensamento feminista indicam que a obra de Simone de Beauvoir foi frequentemente apropriada de maneira seletiva, privilegiando certos aspectos de sua filosofia em detrimento de outros. Adriana Piscitelli, ao analisar a incorporação do feminismo no campo acadêmico brasileiro, observa que *O Segundo Sexo* foi, em muitos momentos, lido a partir de enquadramentos que atenuaram suas implicações políticas e materiais (Piscitelli, 2002). Segundo a autora:

As leituras de Beauvoir no Brasil tenderam a enfatizar sua vinculação ao existencialismo e à reflexão filosófica abstrata, silenciando ou minimizando sua crítica às estruturas materiais de dominação, à divisão sexual do trabalho e às relações entre patriarcado e capitalismo (Piscitelli, 2002, p. 12).

Essa forma de apropriação contribuiu para uma recepção que, embora reconhecesse a importância histórica da obra, limitava seu potencial crítico ao dissociá-la das condições sociais concretas às quais Beauvoir se referia. Tal diagnóstico dialoga diretamente com os dados apresentados neste estudo ao evidenciar que a ampla circulação de *O Segundo Sexo* no Brasil não se converteu, de maneira proporcional, em análises sistemáticas sobre suas mediações editoriais, tradutórias e políticas, reforçando a hipótese de que sua recepção foi marcada por processos de filtragem ideológica e domesticação interpretativa¹⁰.

¹⁰ Entende-se por domesticação interpretativa o conjunto de operações críticas, editoriais e institucionais que atenuam o caráter disruptivo de uma obra ao reinscrevê-la em quadros de leitura mais assimiláveis ao campo intelectual dominante. No caso de *O Segundo Sexo*, esse processo manifestou-se, por exemplo, na ênfase quase exclusiva de sua vinculação ao existencialismo filosófico, na leitura moralizante ou psicologizante de suas teses e na minimização de suas implicações históricas, materialistas e feministas. Tais estratégias contribuíram para neutralizar aspectos mais radicais da crítica beauvoiriana às estruturas patriarcais, econômicas e simbólicas, favorecendo sua incorporação seletiva ao debate acadêmico.

Nas bases de maior exigência editorial, como SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, a produção é mais restrita, com 56 registros na SciELO e 219 no Portal CAPES (Quadro 02). Essa assimetria evidencia a escassez de estudos sistemáticos sobre a recepção crítica, traduções e mediações editoriais de *O Segundo Sexo*, mostrando que sua ampla circulação não garante aprofundamento analítico nos espaços acadêmicos institucionalizados. Apesar de recorrente como referência teórica, a obra é frequentemente mobilizada de forma estabilizada e pouco problematizadora.

As teorias que pretendem explicar a condição feminina foram frequentemente elaboradas por homens. Elas refletem, assim, mais ou menos conscientemente, os interesses, as preocupações e as pretensões do sexo masculino. Durante muito tempo, essas teorias foram aceitas sem exame, repetidas de livro em livro, ensinadas como verdades estabelecidas, porque se harmonizavam com a tradição e com os costumes (Beauvoir, 2009, p. 16).

A observação de Beauvoir (2009) ilumina criticamente os dados analisados ao evidenciar como a autoridade intelectual e a força da tradição podem sustentar a repetição acrítica de interpretações no interior dos campos de saber. No caso da recepção brasileira de *O Segundo Sexo*, a recorrência de leituras que reiteram seu estatuto de obra canônica, sem interrogar suas mediações históricas, editoriais e políticas, pode ser compreendida como efeito de um regime de legitimação que privilegia a reprodução de sentidos estabilizados.

A permanência de leituras que pouco tensionam o alcance crítico de *O Segundo Sexo* sugere que o próprio processo de recepção acadêmica pode reproduzir mecanismos de legitimação semelhantes àqueles criticados por Beauvoir ao naturalizar interpretações e neutralizar conflitos teóricos. Essa dinâmica pode ser compreendida à luz das reflexões de Michel Foucault acerca da produção dos saberes e de sua articulação com relações de poder. Ao analisar o estatuto dos discursos científicos na modernidade, Foucault afirma que:

A produção de saber não é jamais neutra. Todo saber supõe e produz relações de poder. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam como seu suporte. O que se deve compreender é que os discursos científicos não apenas descrevem a realidade, mas participam ativamente de sua constituição, ao selecionar, ordenar e legitimar determinados enunciados como verdadeiros, em detrimento de outros possíveis (Foucault, 2008, p. 179–181).

A lacuna na produção acadêmica sobre a recepção crítica de *O Segundo Sexo* evidencia a necessidade de estudos que articulem circulação editorial, práticas de leitura e processos históricos de interpretação. Isso implica mapear a trajetória material e intelectual da obra e desestabilizar mecanismos que neutralizam seu potencial crítico. Reafirmar a força

política do pensamento beauvoiriano no Brasil é inseri-lo nas disputas epistemológicas e sociais que moldam a produção, a legitimação e a circulação do conhecimento, recuperando sua capacidade de interpelar criticamente estruturas de poder e hierarquias de gênero.

Estudos brasileiros recentes retomam justamente esse ponto, sobretudo aqueles que investigam como os discursos biomédicos ainda hoje são mobilizados para justificar desigualdades de gênero, maternidades compulsórias e políticas públicas moralizantes. Em análises contemporâneas, autoras como Oliveira (2024) e Pereira e Santos (2021) destacam que compreender a crítica de Beauvoir à naturalização da inferioridade feminina implica reconhecer que a ciência participa ativamente da produção de normas e hierarquias sociais, não se constituindo como reflexo neutro da realidade.

No contexto brasileiro, essa crítica ao universalismo é aprofundada por Lélia Gonzalez, que dialoga criticamente com Simone de Beauvoir ao tensionar a noção de construção social da mulher a partir da experiência racializada. Ao retomar a célebre afirmação beauvoiriana, Gonzalez observa: “a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha etc., mas tornar-se negra é uma conquista” (Gonzalez, 1988, p. 225). Para ela, embora Beauvoir tenha sido fundamental ao afirmar que não se nasce mulher, mas se torna, os processos de constituição do sujeito feminino são atravessados por outras opressões estruturais, como o racismo, que moldam profundamente as trajetórias das mulheres negras.

Nesse sentido, pode-se afirmar que Beauvoir (1949) formula um diagnóstico crítico que dialoga com problemáticas posteriormente sistematizadas pelas teorias interseccionais ao demonstrar como saberes filosóficos e científicos participam da construção da mulher como o “Outro” e da naturalização da subordinação feminina. Contudo, ao evidenciar que nem todas as mulheres ocupam a mesma posição na hierarquia social, torna-se possível reconhecer que mulheres periféricas, racializadas ou dissidentes da norma heterossexual foram historicamente posicionadas como “outras entre os outros” (Gonzalez, 1988). Tal constatação evidencia tanto a potência analítica do pensamento beauvoiriano quanto os limites de leituras universalizantes de sua obra, reforçando a necessidade de abordagens críticas que considerem as múltiplas formas de opressão e seus entrecruzamentos históricos.

Essa avaliação é central, pois a crítica contemporânea não recusa Simone de Beauvoir, ao contrário, reafirma sua importância ao mesmo tempo em que exige que seu arcabouço analítico dialogue com categorias como raça, classe, colonialidade e território. Pereira e Santos destacam, nesse sentido, que “ler Beauvoir no Brasil implica cruzar sua análise com categorias de raça e colonialidade; do contrário, corre-se o risco de reproduzir

uma universalização opressiva” (Pereira; Santos, 2021, p. 22).

A recepção crítica brasileira contemporânea, plural, tensionada e interdisciplinar, parece ecoar nessa afirmação. Lê-se Beauvoir não por sua condição de mulher, mas porque suas análises continuam oferecendo instrumentos potentes para compreender os mecanismos estruturantes do patriarcado. Ao mesmo tempo, essa recepção reconhece a necessidade de expandir e recontextualizar seu arcabouço teórico, de modo a enfrentar os desafios específicos da realidade brasileira, marcados pela desigualdade racial, pela pobreza, pela violência e pelas dinâmicas coloniais que atravessam a experiência feminina no país.

No campo da Educação e da Pedagogia, estudos recentes apontam para a presença crescente de Beauvoir em currículos de Letras, Pedagogia, Filosofia e Sociologia. Lima *et al.* (2020, p. 4) observam que, “na escola e no ensino superior, a leitura de Beauvoir contribui para a formação do senso crítico, desde que seja devidamente historicizada e problematizada”. Uma das análises mais recentes que problematizam *O Segundo Sexo* no contexto brasileiro é o trabalho de Oliveira (2024), que evidencia a importância de pensar Beauvoir em diálogo com os estudos de gênero contemporâneos. Para o autor,

Os estudos sobre feminismo e gênero, originados em diferentes ondas do movimento feminista, transformaram-se em campo investigativo que denuncia as formas de exclusão e marginalização não apenas das mulheres, mas de outras identidades não normativas, a partir de leituras que se confrontam com os pressupostos de Beauvoir (Oliveira, 2024, p. 8).

Em 2025, Pongan destaca que Simone de Beauvoir permanece uma referência central para pensar a condição social da mulher, afirmando explicitamente que:

[...] a diferença entre homens e mulheres é um constructo social e histórico, e que essa desconstrução dos papéis de gênero, conforme propõe Beauvoir, permanece fundamental para compreender a desigualdade persistente nos contextos contemporâneos (Pongan, 2025, p. 3).

As disputas interpretativas em torno do pensamento beauvoiriano, especialmente de *O Segundo Sexo*, organizam-se em diferentes eixos que evidenciam a pluralidade e a vitalidade de sua recepção no campo acadêmico. Um dos principais pontos de tensão refere-se à universalização do sujeito feminino mobilizado pela autora, posteriormente problematizada por aportes do feminismo negro, interseccional e decolonial, que evidenciam como as experiências de gênero são indissociavelmente atravessadas por raça, classe e colonialidade. Soma-se a esse debate a crítica, oriunda de perspectivas pós-estruturalistas, à concepção existencialista de sujeito relativamente coerente e autônomo, em contraste com

teorias que enfatizam a constituição discursiva, performativa e institucional das identidades¹¹.

Outra tensão refere-se à materialidade das relações sociais, especialmente à articulação entre opressão simbólica, trabalho reprodutivo e dependência econômica, bem como à relevância das categorias de Beauvoir diante das transformações contemporâneas de gênero e sexualidade. Ao distinguir constatação científica de interpretação normativa, Beauvoir (1949) antecipa críticas à neutralidade do conhecimento e debates sobre sujeito, materialidade e poder, mantendo sua obra aberta à problematização crítica.

A recepção contemporânea reflete esse amadurecimento: Beauvoir não é tratada como verdade absoluta, mas suas categorias analíticas são mobilizadas em práticas pedagógicas que promovem diálogo, contextualização e comparação entre correntes feministas, transformando sua obra em ferramenta crítica para formar leitoras e leitores atentos às estruturas sociais.

Essa recepção crítica estende-se também ao campo da crítica literária, no qual o referencial beauvoiriano tem sido empregado na releitura de personagens femininas da literatura brasileira. Estudos como o de Fronza e Cruz (2025) evidenciam essa fecundidade metodológica ao analisarem a personagem Macabéa, de *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector, à luz da noção de gênero como construção social formulada por Beauvoir:

A obra objeto de estudo apresenta ao público leitor o espelhamento dos estudos de Simone de Beauvoir refletidos na figura feminina Macabéa, pois Beauvoir apresenta que gênero é uma construção social. Portanto, Macabéa parece refletir sobre a representação feminina ideologizada pelo viés patriarcalista desde que essa configuração de mulher ignora sua própria construção de identidade e subjetividade feminina, talvez, por sempre aceitar a imposição social (Fronza; Cruz, 2025, p. 126).

Ao analisarem a incidência dessas estruturas sobre a personagem, Fronza e Cruz (2025) evidenciam que a epistemologia beauvoiriana extrapola o domínio estritamente filosófico e se inscreve de modo produtivo no campo da crítica literária. Tal abordagem permite compreender como mecanismos de dominação operam na conformação de subjetividades ficcionais, articulando gênero, materialidade e representação.

O referencial de Beauvoir evidencia a atualidade de seu pensamento, mostrando que os processos de subordinação que ela identificou não se limitam à realidade social, mas

¹¹ Essa problematização é desenvolvida, por exemplo, por Kimberlé Crenshaw, ao formular o conceito de interseccionalidade para demonstrar como gênero, raça e classe operam de modo simultâneo na produção das opressões (Crenshaw, 2002). No campo dos feminismos decoloniais, María Lugones questiona a universalização do sujeito feminino ao evidenciar a articulação entre gênero e colonialidade (Lugones, 2014). Já as abordagens pós-estruturalistas encontram respaldo em Judith Butler, cuja crítica à noção de sujeito coerente e pré-discursivo compreende o gênero como efeito de práticas performativas (Butler, 2003).

atravessam também regimes simbólicos e narrativos, como a associação do feminino à fragilidade, a idealização normativa do corpo e a restrição da agência da mulher nas histórias.

No interior das interpretações publicadas no recorte temporal deste estudo, observa-se também um movimento de retomada das dimensões materialistas do pensamento beauvoiriano. Bernardes (2025), ao revisitar *O Segundo Sexo* sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, enfatiza que a obra articula subjetividade e estrutura social de modo indissociável. Segundo a autora:

A análise desenvolvida por Simone de Beauvoir aponta que a condição feminina é produzida historicamente a partir das relações materiais de produção e reprodução, o que revela que a opressão das mulheres não pode ser compreendida apenas no plano simbólico ou cultural, mas exige uma crítica estrutural às bases do capitalismo patriarcal. (Bernardes, 2025, p. 15).

Essa dinâmica de recepção contemporânea tensiona leituras que reduziram Beauvoir a uma filósofa existencialista abstrata, reposicionando sua obra como ferramenta analítica para compreender desigualdades estruturais persistentes. O campo da recepção de *O Segundo Sexo* inclui ainda controvérsias políticas contemporâneas, como demonstra Santos (2022), ao documentar ataques à teoria de gênero e tentativas de censura de questões do ENEM¹² fundamentadas em referências a Simone de Beauvoir.

A obra, longe de ser apenas objeto acadêmico, permanece inserida em disputas culturais e morais no Brasil, sendo mobilizada como símbolo de uma suposta “ameaça” à ordem tradicional. Essas controvérsias, paradoxalmente, confirmam a atualidade e a potência crítica do pensamento beauvoiriano ao revelar sua capacidade de tensionar valores e estruturas consolidadas.

As reações hostis à publicação de *O Segundo Sexo* exemplificam os mecanismos históricos de deslegitimação intelectual dirigidos a mulheres que desafiam a ordem patriarcal. Beauvoir relata ter sido acusada de ser “neurótica, frustrada, uma deserdada, uma mulher-macho, uma invejosa, amargurada repleta de complexos de inferioridade” (Beauvoir, 2009, p. 214).

Como observa Toril Moi (1990), tais críticas não atacavam os argumentos da obra, mas buscavam desqualificar Beauvoir como sujeito intelectual legítimo. Esses episódios corroboram sua tese sobre a dificuldade histórica de reconhecimento das mulheres como

¹² O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2015 incluiu uma questão da área de Ciências Humanas que utilizava a célebre afirmação de Simone de Beauvoir “Ninguém nasce mulher: torna-se”, para discutir a construção social das identidades de gênero. A pergunta solicitava que o candidato reconhecesse que a condição feminina não decorre de determinações biológicas, mas de processos históricos, sociais e culturais.

produtoras de saber, evidenciando que a recepção da obra esteve, desde o início, marcada por relações de gênero e poder.

Beauvoir (1949) antecipa as resistências e controvérsias que seu pensamento suscitaria, consciente do caráter disruptivo de suas formulações e dos embates morais e intelectuais que acompanham a crítica às hierarquias de gênero. No Brasil, desde as primeiras traduções, *O Segundo Sexo* recebeu leituras ambivalentes, ora como obra existencialista, ora sofrendo tentativas de neutralizar seu potencial político, incluindo críticas morais contra valores familiares tradicionais.

Estudos sobre sua circulação mostram que a obra foi assimilada seletivamente, enfatizando seu valor filosófico ou literário, enquanto suas implicações feministas, como a crítica à divisão sexual do trabalho e à maternidade compulsória, eram muitas vezes atenuadas. Beauvoir reconhece esse mecanismo de deslegitimação ao afirmar: “Agastou-me, por vezes, no curso de conversações abstratas, ouvir os homens dizerem a mim: ‘Você pensa assim porque é uma mulher’. Mas eu sabia que minha única defesa era responder: ‘penso-o porque é verdadeiro’” (Beauvoir, 2009, p. 16).

Nesse sentido, ao analisar a recepção de *O Segundo Sexo* no Brasil a partir de suas mediações editoriais, disputas interpretativas e releituras contemporâneas, este artigo busca contribuir para uma compreensão mais crítica e situada da obra de Simone de Beauvoir. Longe de propor uma leitura celebratória ou definitiva, a investigação reafirma a necessidade de ler Beauvoir como uma autora em permanente diálogo com seu tempo e com os contextos em que sua obra circula, reconhecendo tanto sua força teórica quanto os limites e deslocamentos impostos pelas realidades históricas, sociais e culturais brasileiras.

Perante os dados analisados e interpretados, evidencia-se que a recepção de *O Segundo Sexo* no Brasil concebe um campo bastante dinâmico. Atravessado por apropriações variadas, mudanças interpretativas, resistência política e social, evidenciando a complexidade do pensamento beauvoriano, a obra apresenta uma ampla circulação, sempre passando por novas releituras e debates acadêmicos, apresentando confronto em seus diálogos. *O Segundo Sexo* permanece até a atualidade sendo um texto vivo por incentivar diálogos pelos quais a desigualdade de gênero ainda se reproduz.

5 MODOS DE LER, MODOS DE LEGITIMAR: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a recepção de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, no contexto acadêmico brasileiro, considerando circulação, apropriação e

interpretação desde as primeiras traduções até leituras recentes. A combinação de abordagem bibliográfica qualitativa e procedimentos bibliométricos indicou que a presença recorrente da obra no debate acadêmico nem sempre se traduz em estudos sistemáticos sobre mediações editoriais, políticas e tradutórias.

A análise dos dados evidenciou que *O Segundo Sexo* ocupa posição consolidada no debate acadêmico brasileiro com expressiva circulação, sobretudo em bases de ampla abrangência, como o Google Acadêmico. Entretanto, essa presença torna-se significativamente mais restrita nos espaços de maior rigor editorial, como a SciELO e o Portal de Periódicos da CAPES, o que sinaliza uma lacuna na produção de estudos voltados especificamente à análise crítica de sua recepção. Tal descompasso sugere que a consagração de Beauvoir como referência teórica nem sempre está acompanhada de esforços analíticos dedicados a problematizar os enquadramentos interpretativos que condicionaram sua leitura no Brasil, particularmente no que se refere às escolhas tradutórias, aos paratextos e às condições históricas de circulação da obra.

A recepção brasileira de *O Segundo Sexo* apresentou leituras seletivas que enfatizaram seu vínculo ao existencialismo filosófico em detrimento das dimensões feministas, históricas e materialistas. Esse enquadramento atenuou críticas centrais, como a divisão sexual do trabalho, a maternidade compulsória e a naturalização das desigualdades de gênero, incorporando a obra ao cânone acadêmico, sem explorar plenamente suas tensões internas e implicações políticas.

Esse processo não resulta de leituras isoladas, mas de mediações institucionais, editoriais e simbólicas próprias do campo intelectual brasileiro, atravessadas por disputas ideológicas e mecanismos de legitimação acadêmica, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970. A circulação da obra foi condicionada pelo regime político e pelas hierarquias disciplinares, estabilizando um repertório interpretativo que assegurou difusão, mas restringiu o alcance crítico.

Releituras contemporâneas mostram maior pluralidade, incorporando aportes do feminismo negro, da interseccionalidade, dos estudos decoloniais e das teorias pós-estruturalistas, ampliando a análise das formas diferenciadas pelas quais gênero, raça, classe e colonialidade estruturam experiências femininas no Brasil. O referencial de Beauvoir mantém vitalidade metodológica em crítica literária e educação, sendo mobilizado para releitura de personagens, problematização de currículos e formação do pensamento crítico.

Assim, *O Segundo Sexo* deixa de ser apenas texto fundador e passa a funcionar como campo aberto de problematização, cujos sentidos se reatualizam conforme os contextos

de leitura e as mediações históricas, editoriais e institucionais. Este estudo contribui para uma compreensão situada da obra no Brasil, mostrando que seus sentidos são produzidos no interior de práticas sociais de leitura e relações de poder que estruturam o espaço acadêmico.

Por fim, pode-se afirmar que a recepção de *O Segundo Sexo* no Brasil configura-se como um processo historicamente situado, marcado por tensões entre consagração e controvérsia, entre ampla difusão e aprofundamento analítico restrito. Reconhecer essas ambivalências não diminui a relevância de Simone de Beauvoir, ao contrário, reafirma a atualidade de seu pensamento ao evidenciar que sua obra segue interpelando criticamente as estruturas sociais, os regimes de saber e as hierarquias de gênero que persistem no presente.

Ler Beauvoir hoje, no contexto brasileiro, implica assumir uma postura analítica que reconheça, simultaneamente, a força de suas formulações e a necessidade de recontextualizá-las diante das múltiplas formas de desigualdade que atravessam a experiência feminina no país. É nesse movimento de releitura situada, atento às mediações e às disputas interpretativas, que reside a potência contemporânea de *O Segundo Sexo*.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERNARDES, Bruna Mello Gomes. A posição materialista histórica e dialética de Simone de Beauvoir em *O segundo sexo*. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, v. 30, n. 2, p. 13–30, 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução de Mary Del Priore. Brasília: Editora UnB, 1999.

CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

DEL PRIORE, Mary. Prefácio. In: BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem studies. **Poetics Today**, v. 11, n. 1, 1990.

- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FRONZA, Cristiane Viana da Silva; CRUZ, Denise Ferreira da. Macabéa no espelho: o reflexo do constructo patriarcal. **Revista Juçara**, v. 1, n. 2, 2025.
- FULLBROOK, Edward; FULLBROOK, Kate. **Simone de Beauvoir**: uma vida. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOLDENBERG, Mirian. **A inveja da liberdade**: o que as mulheres brasileiras invejam nos homens. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, v. 2, p. 223–244, 1988.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LIMA, Andressa B. *et al.* O espaço da mulher na sociedade. **Revista Alembra**, v. 1, n. 3, p. 1–12, 2020.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tradução de Juliana Parra. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014.
- MACHADO, Roberto K.; SILVA, João A. **As traduções de Beauvoir no Brasil**: debates terminológicos e circulação editorial. *TradTerm*, v. 41, p. 1–20, 2023.
- MOI, Toril. **Feminist theory and Simone de Beauvoir**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- OLIVEIRA, Genival Santos de. Desconstruindo o feminismo: uma análise reflexiva de O segundo sexo de Simone de Beauvoir. **Revista Cactácea**, v. 11, n. 2, p. 1–15, 2024.
- PEREIRA, Juliana; SANTOS, Adriano. Feminismo, colonialidade e recepção de Simone de Beauvoir no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 2, p. 15–30, 2021.
- PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002. p. 7–42.
- PONGAN, Pâmela. O conceito de mulher na sociedade a partir de Simone de Beauvoir. **Revista Faz Ciência**, v. 27, n. 45, 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Primórdios do conceito de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 7, n. 1, p. 91–103, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SANTOS, Jucenilton. Feminismo e ideologia de gênero: censura de questões do ENEM a partir de Simone de Beauvoir. **Boletim BOCA**, v. 3, n. 1, p. 1–10, 2022.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.